



## **POLÍTICA DE JUSTIÇA DISTRIBUTIVA PARA A MICRO E PEQUENA EMPRESA**

### **Autores**

WESLEY MARTUCCI (1)

CRISTINA NAOMI HARADA (1)

SILVIO JOSÉ FERREIRA (7)

### **Categoria**

Trabalho Acadêmico

### **Introdução**

O presente trabalho visa afirmar os contornos que envolvem o conceito da micro e pequena empresa no Brasil e sua relevância para o desenvolvimento econômico nacional. Haja vista que tal modalidade do exercício da atividade empresarial é subjugada em desacordo com sua numerosa representação que possui. Tendo neste ponto o fundamento do ciclo econômico e partindo da premissa que os inúmeros micro e pequenos empresários influenciam diretamente o mercado, representando as grandes empresas na cadeia final de produção devido à sua enorme eficiência junto ao consumidor, último na hierarquia de produção. Sendo esta uma das suas principais características distintivas em relação às demais nomenclaturas. No mais, o contato direto com o consumidor final é a garantia do seu sucesso, razão pela qual estas merecem um tratamento favorecido, conforme os Art. 170, IX, da Constituição Federal. Fato este ainda incoerente com a realidade.

### **Objetivos**

Esclarecer a importância das Micro e Pequenas Empresas no cenário nacional e seu relevante papel na ordem Econômica do país.

### **Material e Métodos**

Serão empregados na pesquisa a apresentação oral com utilização de slides, referenciando a coleta de dados bibliográficos, pesquisa em sites, jornais e revistas relacionados ao assunto, para demonstrar a aplicabilidade de métodos e formas para amenizar a discrepância de tratamentos oportunizados às Micro e Pequenas Empresas, além de emprego de gráficos e dados estatísticos que irão colaborar com a finalização deste presente trabalho, abrindo o diálogo democrático ao assunto apresentado.

### **Resultados e Discussão**

Como principal resultado observou-se que a figura da Micro e Pequena Empresa no Brasil é desprivilegiada quando se trata da normatividade sendo estas as motrizes basilares do mercado de consumo de bens e serviços. Enquadrando assim, estes empresários como os principais medidores do fluxo econômico nacional. Por outro lado, é notório que se exige uma discussão maior para esta pequena classe de investidores da qual fazem parte, pois é este o problema principal que enfrentam ao entrarem diretamente no mercado, ficando a mercê da falta de cuidados e planejamentos dos quais necessitam para sobreviver.

### **Conclusão**

São as Micro e Pequenas Empresas as maiores aliadas da ordem econômica nacional, pois além de cumprirem todos os princípios lá emanados ainda geram esperança para muitos brasileiros, só faltando o Estado cumprir a única parte que lhe caiba que é dar "tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país" (CF, Art. 170, IX).

### **Referências**

- ARTINS, Ives Gandra da Silva. Direito Constitucional Interpretado. São Paulo: RT, 1992.  
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.  
MAMEDE, Gladston. Comentários ao Estatuto Nacional da microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. São Paulo: Atlas, 2007.  
NUSDEO, Fábio. Curso de Economia: introdução ao direito econômico. 4. ed. São Paulo: RT, 2005.  
PETTER, Lafayette Josué. Princípios Constitucionais da Ordem Econômica. São Paulo: RT, 2005.  
TAVARES, André Ramos. Direito Constitucional Econômico. São Paulo: Método, 2003.

### **Legenda**

(1) Aluno Graduação Unopar

(7) Docente Unopar